



O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA E DA AUTONOMIA ECONÔMICA DE MULHERES RURAIS

Mayara Lopes da Silva¹ (PG)* mayaralop@outlook.com, Raimundo Márcio Mota de Castro¹ (PQ)

Universidade Estadual de Goiás – Campus Senador Canedo – Pós-graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos.

Resumo: As mulheres contribuíram e contribuem para a agricultura familiar muito mais do que se supõe. A divisão sexual do trabalho confere à mulher formas de preconceito e desigualdades que precisam ser desconstruídos e rompidos na sociedade. As capacitações de qualificação da mulher para o seu empoderamento são planejadas a fim de promover a autonomia socioeconômica. Porquanto, o objetivo é compreender como a divisão sexista do trabalho impede a autonomia das mulheres rurais e analisar se o espaço de discussão proporcionado em capacitações possibilitam a formação de concepções que geram novas práticas. A sistematização da pesquisa bibliográfica será realizada pela análise de artigos e dissertações divulgados no CAPES e sites de publicação de material confiável. Para análise da vivência que subsidiará a proposta inicial da pesquisa, os procedimentos se darão através de entrevista semiestruturada com questões abertas às mulheres rurais representante de comunidades tradicionais. Ao pensar nesse contexto, refletir-se-á sobre as narrativas das mulheres que possam posteriormente inter-relacionar-se os relatos com os fundamentos dos conceitos de cidadania e autonomia.

Palavras-chave: Divisão Sexista do Trabalho. Autonomia. Cidadania. Mulheres Rurais.

Introdução

A representação socioeconômica de mulheres na zona rural é uma temática complexa em virtude da divisão sexista do trabalho¹. Os desafios para a autonomia socioeconômica de mulheres no campo são estruturados em espaços familiares baseados no sistema patriarcal. O patriarcalismo supõe a subjugação da mulher aos seus afazeres domésticos. Historicamente, as mulheres estiveram presentes na sociedade desempenhando ações que as levavam a produção e reprodução de tarefas íferas.

¹ A divisão sexista do trabalho é “divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). ” (BRASIL, 2016).



Desse modo, questiona-se o que seria autonomia para as mulheres que estão inseridas no meio rural e como a educação informal em espaços de capacitação podem proporcionar a construção de sua autonomia? As indagações foram baseadas no convívio proporcionado em uma capacitação em que surgiram esses dilemas durante o processo de desenvolvimento.

A hipótese preestabelecida é que o processo histórico cultural vivenciado por essas mulheres durante a sua trajetória fora baseado em um sistema em que a mulher tem obrigações e ocupações maiores e mais relevantes do que o homem. Esses aspectos serão analisados pela fundamentação teórica que subsidiará o entendimento dessa temática.

Material e Métodos

Com intuito de analisar os pressupostos históricos e sociais das mulheres com relação a autonomia socioeconômica, a pesquisa teórica irá se basear em autores que discutem a temática voltada a compreensão dessa realidade. Fez-se necessário buscar dissertações e documentos formalizados no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O acesso ao portal para classificação dos autores fora estabelecido pelo levantamento teórico sobre mulheres rurais.

Em outro momento, buscar-se-á pela biblioteca digital do site Scielo artigos que podem fundamentar, de forma específica, a temática sobre autonomia econômica de mulheres rurais e a formação educacional para sua independência financeira. A reflexão crítica das bibliografias acontecerá pela análise e revisão teórica.

Os relatos das mulheres serão registrados por entrevista semiestruturada com questões abertas a fim de obter informações sobre suas vivências para a discussão da temática.

Resultados e Discussão

A naturalização do trabalho doméstico de mulheres tanto no espaço urbano quanto no meio rural faz emergir um sentimento de exclusividade feminina em realizar as atividades domésticas e maternas. As práticas diárias mostram que esse sentimento é repassado entre as gerações de mulheres da família e se reproduzindo



com as que virão.

De acordo com Faria e Mello (2016, p. 4) “essa dinâmica é garantida e reproduzida pela construção do modelo hegemônico de família patriarcal” onde se determina que a mulher tenha o papel principal e único de realizar as atividades dentro de sua casa e educar os filhos para as ações conforme o gênero masculino e feminino. Neste cenário, o homem teria o papel de manter e realizar o trabalho externo que gerasse a renda para os custos da família.

Os movimentos sociais de mulheres camponesas brasileiras contra a visão arcaica e tradicional do papel da mulher tiveram às primeiras iniciativas em prol da garantia de equidade de direitos ainda na década de 1960 e 1970, organizadas pelas Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MSTER).

Beneficamente, os movimentos ganharam força na década de 1980, onde se vê a luta pela consolidação de seus direitos como mulher no Brasil cada vez mais solidificada, inclusive em zonas rurais. É neste momento que a sociedade percebe, pela ação dos movimentos de mulheres, as pautas relativas à desigualdade de gênero, tais como a violência contra a mulher, a falta de representatividade feminina nas discussões e decisões políticas, a discrepância salarial entre homens e mulheres (CARNEIRO, 2003).

A dimensão vivenciada pela mulher rural no aspecto do trabalho feminino passou por grandes atualizações, porém, no meio rural a alteração aconteceu aos poucos, gradativamente, por conta da ausência do acesso as políticas voltadas para o reconhecimento da agricultura familiar (BUTTO, et al, 2014).

Quando a realidade é discutida e percebida no contexto amplo por essas mulheres, conseqüentemente surgem na sua própria percepção novas formas de ver a violência ou a violação de seus direitos, que pela:

naturalização das qualificações desenvolvidas pelas mulheres ao longo da vida e a responsabilização das mulheres pelo cuidado da casa e da família implicam maior sobrecarga e menor remuneração para as mulheres. Estes fatores demonstram que a divisão sexual do trabalho é uma relação específica de opressão. Não é que as mulheres sejam mais exploradas do que os homens: elas são exploradas de maneira diferente (BRASIL, 2016, p. 12).



Ao analisar as questões estruturais que multiplicam e reforçam o trabalho feminino doméstico com sentido de destinação e desígnio, as mulheres, constantemente buscam superar essa barreira através do ensino e da aprendizagem para que possam se empoderar e alcançar a cidadania. No Brasil, esses aspectos de empoderamento da mulher foram reconhecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA com a formalização de políticas públicas para o desenvolvimento de ações e práticas que garantem os direitos humanos de todas as mulheres envolvidas (BEZERRA, 2013).

Apesar dos avanços, essa mulher, antes marcada por questões de divisão sexual do trabalho, baseado na perspectiva tradicional familiar de produção, ainda são encontrados no meio do trabalho “diferenças salariais e maior desemprego, acesso a empregos precários e jornadas parciais de trabalho, necessárias para que elas possam equilibrar seu tempo com as tarefas de cuidado das pessoas e da casa” (BRASIL, 2016, p. 12) e são fortalecidas por ideias arcaicas definidas e justificadas pela capacidade física ou moral da mulher.

Considerações Finais

Ao considerar a trajetória de lutas das mulheres para efetivação de seus direitos, mostrou-se que há uma importância em elaborar ações que possibilitam pensar nas diferenças entre as mulheres e os homens no campo do trabalho, e reconhecer que as mulheres executoras de sua ação, sendo elas “pescadoras artesanais, indígenas, quilombolas, faxinalenses, e tantas identidades que se afirmam como sujeitos políticos na relação com a sociedade” (BUTTO et al, 2016, p. 9) tem menos acesso as políticas públicas do que as que se encontram nos espaços urbanos.

Em vista do aspecto da divisão do trabalho através da perspectiva de gênero, percebe-se que o mesmo trabalho doméstico se refere a uma atividade capitalista oculta a sua realização e que promove uma diversificação do significado real do trabalho que anteriormente “era considerado trabalho conjunto das atividades humanas necessárias para a nossa existência” (FARIA; MELLO, 2016, p. 4).

Porquanto, a percepção patriarcal associada ao capitalismo não permite superar paradigmas rudimentares que são considerados obstáculos para autonomia



socioeconômica de mulheres.

Agradecimentos

Agradeço aos professores da Universidade Estadual de Goiás – UEG pelo aprendizado que está sendo proporcionado durante o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em Direitos Humanos, e em especial ao Dr. Raimundo Castro, pela orientação que formalizou o início dessa pesquisa.

Referências

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar-2008/2012**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. **Caderno de Formação: Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres**. Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/caderno_genero_autonomia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BUTTO, Andrea. et al. **Mulheres Rurais e Autonomia: Formação e Articulação para Efetivar Políticas Públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília, DF: MDA, 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/1%20-%20AutonomiaMulheres_Ruraissite.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 27 jun. 2018.

COUTINHO, Sabine Mantuan dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, UERJ, v. 4, n. 1, p. 52-71, jul. 2015. Disponível em: <<http://www.psi-sabersocial.uerj.br/>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Cristividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.